

RENASCIMENTO E SECURITIZAÇÃO DA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

Guilherme Ziebell de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil
(guilherme.ziebell@ufrgs.br)

Nilton César Fernandes Cardoso

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil
(nilton-id@hotmail.com)

Área temática: Relaciones Internacionales

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

RENASCIMENTO E SECURITIZAÇÃO DA ÁFRICA NO SÉCULO XXI

Guilherme Ziebell de Oliveira¹
Nilton César Fernandes Cardoso²

RESUMO

Este trabalho tem busca analisar o processo de securitização no continente africano no século XXI. Após experimentar duas décadas de decadência econômica, instabilidade política e marginalização, a África passou a ter sua importância no cenário internacional aumentada significativamente a partir do início dos anos 2000. Esse novo contexto vivido pelo continente está diretamente ligado à intensificação de sua interação – política, econômica e comercial – com atores emergentes no cenário internacional, como China, Índia e Brasil. Paralelamente a isso, verificou-se um aumento do interesse das potências centrais na África. Nesse contexto, após os ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA, o continente foi incorporado à Guerra Global ao Terror, passando por um processo de securitização, marcado não só por discursos das potências centrais, mas pela criação de projetos concretos, como a Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana (TSCTI), a Iniciativa Contraterrorismo no Leste da África (EACTI) e o Comando dos EUA para a África (AFRICOM), entre outros. Diante disso, esse trabalho está dividido em quatro partes. Primeiro, é feita uma breve retomada histórica da posição do continente no cenário internacional, como forma de evidenciar a sua evolução. Em seguida, é feita uma análise da teoria de securitização. Depois, analisa-se a securitização em duas regiões específicas, o Golfo da Guiné e o Chifre da África. Por fim, busca-se sintetizar os interesses envolvidos na securitização do continente africano, demonstrando assim que se trata de uma tentativa de intensificar a ingerência dos atores securitizadores, bem como de contrabalançar a presença das potências emergentes, no continente.

Palavras-chave: Securitização; África; Renascimento;

Introdução

A segunda metade do século XX foi marcada por importantes mudanças no continente africano. Iniciando-se em 1956 e estendendo-se, com algumas exceções, até 1975, grande parte dos territórios africanos se tornou independente (KEYLOR, 1997). Ao longo desse período, a África experimentou uma evolução clara em sua vida política. Inicialmente, vivenciou-se um período de grande instabilidade, marcado pelas rivalidades e coalizões entre os Estados recém-independentes. Um dos principais resultados desse processo foi a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), que tinha por objetivo viabilizar a consecução de soluções negociadas e pacíficas para os conflitos africanos e criar um ambiente estável para o desenvolvimento e consolidação desses novos Estados (OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO; 2014). Em grande medida, a OUA desempenhou efetivamente esse papel, e o período até 1975 foi marcado por considerável estabilidade, com a ampliação da solidariedade africana, e pela relativa autonomia dos países do continente (CHAZAN *et al.*, 1992).

De 1975 até o final da década de 1980, o contexto vivido pela África se alterou progressiva e sensivelmente. Além da intensificação de conflitos continentais e de intervenções das grandes potências, a reorganização da economia mundial impactou fortemente o continente. Como resultado da crise econômica dos anos 1970, os países africanos tiveram que recorrer a empréstimos externos para equilibrar suas economias, aumentando, assim seus níveis de endividamento ao longo da década (CLAPHAM, 1996). A forte recessão mundial no final da década, associada ao segundo choque do petróleo, em 1979, e à ascensão de regimes conservadores em países centrais (como EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental) no início dos anos 1980, desferiu um duro golpe nos países

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPol/UFRGS)

² Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS)

africanos. Em resposta aos altos índices de inflação e de desemprego internos, as potências passaram a adotar medidas como a redução dos compromissos com a ajuda externa e a adoção do protecionismo contra as importações da periferia. Os países africanos, extremamente dependentes desses países para acesso a investimentos, empréstimos, mercados e conhecimento técnico, sofreram um impacto devastador, e se viram, crescentemente, incapazes de saldar suas dívidas internacionais (KEYLOR, 1997). Os anos 1980, assim, ficaram conhecidos como a “década perdida” para a África.

O final da Guerra Fria e o início da década de 1990, marcados pelo predomínio da ideologia neoliberal, trouxeram novo impactos, positivos e negativos, para o continente africano. Além de experimentar o encerramento das guerras convencionais, o continente foi varrido por uma “onda democrática”, por meio da qual regimes de partido único foram progressivamente substituídos por sistemas multipartidários liberal-democráticos, Estados em guerra civil estabeleceram acordos de paz e mesmo os regimes segregacionistas se democratizaram (VISENTINI, 2010). Essa “democratização” massiva era condicionada pelo contexto econômico vivido pelo continente, pois, progressivamente, as instituições financeiras internacionais e as potências ocidentais passaram a intensificar o condicionamento de empréstimos e programas de ajuda às reformas democratizantes, em um processo de adequação do continente à Nova Ordem Mundial (GORDON, 2013; TAYLOR, 2010).

Isso, contudo, não representou a resolução dos problemas existentes no continente. Com o fim da bipolaridade e, especialmente a partir do desaparecimento da URSS, a África perdeu grande parte de sua importância estratégica – e também o que restava de sua importância econômica –, e, logo, a sua capacidade de barganha internacional. Isso se deveu, em grande medida, à emergência das “novas democracias” no leste europeu, que se apresentavam como opções mais próximas, seguras e rentáveis para os países centrais realizarem investimentos³ (TAYLOR; WILLIAMS, 2004). Além do espaço europeu – e mesmo da própria Rússia pós-soviética – países com governos neoliberais na América do Sul e os Tigres Asiáticos também se apresentavam como alternativas de investimento mais interessantes, o que contribuiu para que o continente recebesse cada vez menos investimentos (GORDON, 2013).

O resultado disso foi a progressiva marginalização da África no sistema internacional, acompanhada de forte debilidade econômica, e de crescente instabilidade política. Com isso, diversos países africanos enfrentaram conflitos internos que, marcados pela emergência de fenômenos como os senhores da droga, as guerras de milícias e os “diamantes de sangue”, e destituídos – para as potências centrais – de caráter estratégico, foram retratados como guerras tribais, bárbaras e irracionais (TAYLOR; WILLIAMS, 2004; VISENTINI, 2013). Ao longo da década de 1990, entretanto, diversos elementos desse processo foram sendo lentamente definidos, e o continente passou a dar sinais de estabilização.

Por um lado, importantes atores africanos conseguiram suplantar dificuldades do passado através da superação de fases de instabilidade interna (como a Nigéria), de uma busca ativa de “normalização” das relações com a comunidade internacional (como a Líbia) ou da consolidação de um papel de liderança regional (como a África do Sul), se firmando como relevantes atores na diplomacia continental. Por outro, o continente passou a apresentar médias anuais de crescimento positivas a partir de meados da década, e praticamente não sofreu os impactos da crise asiática do final dos anos 1990 (CALLAGHY, 2009). Esse desempenho econômico positivo estava diretamente ligado à presença e interação crescentes de parceiros como a China e outros países emergentes. Tais elementos,

³ Além disso, o fim da Guerra Fria também diminuiu a demanda pelos recursos minerais africanos, uma vez que os países do leste europeu e a própria Rússia se tornavam fontes de fornecimento (CLAPHAM, 1996).

associados a um relativo enfraquecimento da influência externa direta na África e à manutenção do desinteresse das potências centrais pelo continente ao longo dos anos 1990, permitiram aos países africanos se reorganizarem em bases mais autônomas, criando novas estruturas e práticas para lidar com os desafios sociopolíticos e de desenvolvimento enfrentados pelo continente (SILVA, 2008).

O início dos anos 2000 trouxe consigo perspectivas de uma nova realidade para a África. Nesse sentido, a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), em 2001, e a transformação da OUA em União Africana (UA), em 2002, se mostravam como os sinais econômico e político, respectivamente, do novo contexto vivenciado pelo continente (OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO, 2014). Diante (e como parte) dessa nova realidade em construção, houve uma intensificação (qualitativa e quantitativa) cada vez maior dos laços econômicos e diplomáticos dos países africanos com potências emergentes, possibilitando, assim a emergência de um novo modelo socioeconômico, com projetos políticos, diplomáticos e sociais alternativos (VISENTINI, 2013).

Diante do estreitamento dos laços entre a África e as potências emergentes (que, rapidamente, passaram a ocupar espaços outrora ocupados pelos parceiros “tradicionais”), as potências centrais passaram a reagir a esse fenômeno, o que foi reforçado sobremaneira a partir da crise de 2008, especialmente através de uma intensificação de sua presença militar no continente africano. Em grande medida, essa intensificação tem sido justificada a partir de um discurso de aumento do número, da intensidade e da diversidade de ameaças securitárias existentes no continente africano, que também se apresentariam como ameaças às próprias potências centrais.

Nesse contexto, este artigo busca analisar o processo de securitização do continente africano no século XXI. Para tanto, ele está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. Primeiramente, é feita uma análise do conceito de securitização, que serve de embasamento teórico para este trabalho. Em seguida, analisa-se o processo de securitização em duas regiões africanas que têm grande importância estratégica, o Golfo da Guiné e o Chifre da África. Por fim, busca-se sintetizar os interesses envolvidos na securitização do continente africano, demonstrando assim que se trata de uma tentativa dos atores securitizadores de intensificar a sua ingerência no continente em virtude de interesses estratégicos e geopolíticos.

O conceito de Securitização

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e as intervenções militares estadunidenses no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), a ideia de securitização ganhou uma posição de destaque no debate acerca da ampliação do conceito de segurança, iniciado com o fim da Guerra Fria. Os estudos sobre o processo de securitização têm como ponto referencial a Escola de Copenhague, cujos principais expoentes são Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde. O tema foi introduzido por Ole Wæver (1995), em um esforço importante na tentativa de desconstruir o conceito de segurança vigente durante a Guerra Fria – e amplamente defendido pelos teóricos realistas das relações internacionais – que o associava exclusivamente à sobrevivência do Estado. Segundo essa visão, o termo “segurança” não pode ser tratado como uma condição objetiva de análise, mas um resultado de um processo social específico – ou seja, trata-se de compreender a construção social das questões de segurança (WILLIAMS, 2003).⁴

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de securitização não diz respeito ao que é, ou não, ameaça, mas a sob quais condições algo pode se tornar uma ameaça.

⁴ Uma versão mais acabada da teoria de securitização foi apresentada por Wæver em conjunto com Barry Buzan e Jaap de Wilde em seu livro *Security: A new framework for analysis* em 1998.

Portanto, é um processo construído socialmente, no qual os atores buscam trazer temas da agenda política – ou politizados – para a agenda de segurança, isto é, para o *locus* de decisão securitária (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998; CEPIK, 2001; WILLIAMS, 2003). Ao afirmar que ameaças são socialmente construídas, os autores não negam que uma ameaça *de facto* exista, mas atestam que, no processo de securitização, certas questões podem ser transformadas e percebidas como ameaças, em detrimento de outras que podem representar ameaças efetivamente reais. Discutindo acerca disso, Ole Wæver (2011, p.9), afirma que “muitas ameaças existem, mas elas não vêm com um rótulo de segurança anexado, de maneira que a securitização significa uma forma particular de lidar com uma questão particular, processando uma ameaça através do formato de segurança”.

Para que este conceito se torne operacional e ganhe significado prático, três tipos de unidades interdependentes fazem-se necessárias. A primeira diz respeito ao ator securitizador⁵ (*securiting actor*), quem realiza o discurso, apresentando algo como ameaça existencial a um objeto referente dentro de uma retórica gramatical específica de segurança, reivindicando a adoção de medidas emergenciais e excepcionais para combatê-la. A segunda refere-se ao objeto referente de segurança (*referent object*), aquilo que, em nome da securitização, o securitizador visa a defender (tradicionalmente o objeto referente tem sido o Estado). Por último, há os chamados atores funcionais (*functional actors*) ou audiência, aqueles para os quais o ato de segurança é justificado – isto é, a coletividade que legitimará, ou não, a securitização de um determinado tema e as contramedidas de segurança requisitadas. Estes podem ser toda a população, grupos ou setores dentro da sociedade de um país (BALZACQ, 2011; BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998). Em suma, a securitização pode ser considerada um processo dinâmico, cuja percepção em relação às fontes de ameaça pode mudar, assim como a forma de respondê-las (PLAGIARI, 2009).

Em linhas gerais, o movimento securitizante se inicia por meio de uma representação discursiva (*speech act*) sinalizando a existência de uma ameaça que, devido ao seu caráter urgente, não pode e não deve ser tratada por vias normais da política, necessitando assim do recurso a medidas extraordinárias e emergenciais. Esse movimento só se completa pela aceitação e legitimação por uma audiência da necessidade de transpor ou ignorar as regras do jogo político para proteger o objeto referente⁶ (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998; MOTTA, 2014). Em síntese, o que transforma determinado tema em um problema de segurança depende não apenas do tipo de ameaça (militar, política ou social), mas também da percepção que os atores funcionais têm dela, bem como da intensidade e extensão das consequências estimadas. Portanto, este pode ser considerado um fenômeno subjetivo, cuja análise deve ser necessariamente contextualizada social, geográfica e historicamente (CEPIK, 2001).

Recentemente, o conceito de securitização foi revisado por Buzan e Wæver (2009), que, apresentaram o conceito de macro-securitização – que consiste na securitização de temas em nível sistêmico. A operacionalização da macro-securitização se dá na mesma lógica da securitização, isto é, parte do pressuposto da existência de uma ameaça existencial

⁵ Esses atores podem ser líderes políticos, burocratas, representantes governamentais e de grupos de pressão, ONGs, entre outros (DUQUE, 2008).

⁶ Segundo os autores, pode ocorrer um processo inverso onde um tema deixa de ser fonte de securitização (dessecuritização) – ou seja – é o deslocamento dos problemas relevantes para fora do modo ‘emergência e exceção’ associado às medidas de segurança e para dentro do processo normal de argumentação e discurso político (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998; CEPIK, 2001). Entretanto, a operacionalização desse conceito não se dá na mesma lógica da securitização, na medida em que ela não é um processo realizado em duas etapas no qual um *securiting actor* apresenta uma questão como não-ameaça e os atores envolvidos deixam de enxergá-la pelo viés da segurança (MOTTA, 2014).

à segurança internacional que requer medidas excepcionais e emergenciais para combatê-la⁷ (BUZAN; WÆVER, 2009). Em linhas gerais, uma das principais diferenças entre o processo de securitização e a macro-securitização é a escala – enquanto o discurso securitizador pode operar nos níveis unitário (Estado) e regional, o discurso macro-securitizador opera no nível sistêmico de análise.

Ameaças securitárias e securitização no Golfo da Guiné

Duas ameaças securitárias principais são comumente identificadas no Golfo da Guiné:⁸ a pirataria e o terrorismo. Enquanto a primeira conta com uma definição bastante clara e delimitada, a segunda carece de uma conceituação amplamente aceita. De acordo com a Convenção de Montego Bay, de 1982, que rege o Direito do Mar, a pirataria é definida como qualquer ato de violência, detenção ou depredação cometido por meios privados contra outros navios, aeronaves ou pessoas, em alto-mar ou em áreas fora da jurisdição de qualquer Estado (UN, 1982). O terrorismo, por sua vez, ainda que seja um conceito recorrentemente tratado em análises de política internacional – especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001 – não possui definição clara e consensual. Apesar de diversos esforços nesse sentido terem sido realizados ao longo dos anos (iniciando ainda em 1937, no âmbito da Liga das Nações, e evoluindo, posteriormente, para a adoção de uma série de Convenções Internacionais a partir da década de 1960), os diferentes atores que compõem o sistema internacional jamais convergiram para uma definição única e consensual do conceito de terrorismo (SCHMID, 2011; SINAI, 2008).

O resultado dessa falta de definição, como destaca Zeidant (2004), é que o termo tem sido usado muito mais como um conceito político do que em um sentido legal – possibilitando, dessa forma, que Estados mais poderosos adequem-no a seus interesses em distintos momentos e assuntos⁹. No mesmo sentido, Acharya (2009) defende que a ausência de uma definição única e consensual possibilita que o termo seja utilizado (por indivíduos, grupos ou mesmo Estados) de acordo com a definição que melhor convier a seus interesses em diversas esferas de atuação, inviabilizando uma abordagem uniforme à questão do terrorismo. Para os autores, a inexistência de uma definição única e amplamente aceita de terrorismo não seria fruto de alguma dificuldade conceitual, mas sim resultado de uma tentativa deliberada de diversos Estados de impedir o estabelecimento de uma conceituação que imponha limitações a uma atuação unilateral por parte deles (ACHARYA, 2009; ZEIDANT, 2004).

Apesar dessas dificuldades, diversos esforços têm sido feitos para se criar – ao menos no campo acadêmico – um conceito claro e uniforme de terrorismo. Não se pretende, neste artigo, abordar a discussão acerca da definição do termo – que além de extensa é, também, bastante densa. Cabe apenas destacar que o conceito que será utilizado aqui será o desenvolvido por Schmid e Jongman (1988), que definem terrorismo como

⁷ De acordo com Villa (2014, p.352), para que o discurso macro-securitizador tenha significado prático é necessário “[...] um poder relativo de um ator, sua capacidade de estabelecer agendas internacionais, a capacidade de fazer hegemônico um discurso sobre as ameaças existenciais ou mesmo até a possibilidade de achar anuência em elites locais”.

⁸ Os países que compõem a região conhecida como Golfo da Guiné são: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo; República Democrática do Congo e Angola.

⁹ Nesse sentido, o autor destaca o Talibã e Osama Bin Laden, que enquanto combatiam a ocupação soviética do Afeganistão eram tidos como “defensores da liberdade” (*freedom fighters*) e recebiam apoio da CIA, e que posteriormente passaram a ocupar as listas de terroristas internacionais de Washington (ZEIDANT, 2004).

um método de inspirar ansiedade através de ações violentas repetidas, empregado por indivíduos, grupos ou atores estatais (semi-) clandestinos, por razões idiossincráticas, criminosas ou políticas, no qual – em contraste com o assassinato – os alvos diretos da violência não são os alvos principais. As vítimas humanas imediatas da violência são geralmente escolhidas de forma aleatória (alvos de oportunidade) ou seletiva (alvos simbólicos ou representativos) entre uma população alvo, e servem como geradores de mensagem. Processos de comunicação, baseados em ameaça e violência, entre terroristas (organização), vítimas (em perigo) e os alvos principais são usados para manipular o alvo principal (público), transformando-o em um alvo do terror, um alvo de demandas ou um alvo de atenção, dependendo se o objetivo primordial é intimidação, coerção ou propaganda. (SCHMID; JONGMAN, 1988, p.28).

Ainda que este conceito – assim como parte relevante das definições de terrorismo – ignore elementos importantes (como a possibilidade de Estados realizarem ações terroristas¹⁰ de forma não-clandestina¹¹), entendemos que ele ainda é o conceito que melhor se adapta à discussão do tema aqui proposto. Até os ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA, a preocupação com a questão do terrorismo na maior parte da África era praticamente inexistente, concentrando-se essencialmente na porção oriental do continente.¹² A partir desse acontecimento, o governo estadunidense, buscou integrar a África na “guerra global ao terror”¹³ (KEENAN, 2010; OBI, 2006). A partir daí, a África Ocidental e, mais especificamente, os países do Golfo da Guiné, foram inseridos na lógica de combate ao terrorismo. A justificativa utilizada era a de que os Estados da região, que, em muitos casos, passaram por intensos conflitos internos ao longo dos anos 1990, seriam vulneráveis às infiltrações de grupos terroristas, ou mesmo dispostos a abrigá-los (OBI, 2006). Nesse contexto, o Boko Haram, originário da Nigéria, se tornou o foco principal de atenção – sendo identificado como uma ameaça importante não só à própria África, mas também aos atores extracontinentais.

O grupo, surgido no início dos anos 2000, na região nordeste da Nigéria, defendia a implementação e uma interpretação estrita das leis islâmicas (*Shari'a*) na região, e inicialmente não recorria à violência. Ao longo dos anos 2000, um número crescente de conflitos passou a ocorrer entre membros do grupo e forças policiais locais, o que levou o governo nigeriano a lançar uma ofensiva, em 2009, com o objetivo de desmantelar o grupo. Nesse ataque, cerca de setecentas pessoas suspeitas de envolvimento com as ações do Boko Haram foram mortas – entre elas o seu líder –, e o grupo foi desarticulado (PLOCH, 2013).

¹⁰ Entendidas aqui como o “uso da violência ou repressão *perpetrada ou patrocinada* por um Estado contra alguns ou todos seus cidadãos, baseado em discriminação política, social, racial, religiosa ou cultural, ou contra os cidadãos de um território ocupado ou anexado por tal Estado, ou aqueles de países vizinhos ou distantes” (ZEIDANT, 2004, p. 495, grifo nosso).

¹¹ Como por exemplo os EUA, que financiaram as guerrilhas Contra, na Nicarágua, tendo sido condenados pela Corte Internacional de Justiça por isso sem, todavia, jamais terem sido taxados de terroristas – ainda que os Contra mantivessem um comportamento considerado terrorista pelos próprios padrões estadunidenses (ACHARYA, 2009).

¹² Nos anos 1990 já haviam ocorrido ataques qualificados como atos terroristas no continente, mas a preocupação internacional com a “ameaça terrorista” na África tomou força a partir dos anos 2000. Nesse sentido, Keenan (2010) destaca que até o início dos anos 2000, não havia registros de ataques terroristas na região ocidental do continente.

¹³ Os EUA lançaram diversas iniciativas para o continente. Destacam-se, entre elas, a Iniciativa Pan-Sahel (PSI) e a Parceria de Contraterrorismo Transaariana (TSCTP). A PSI, lançada em 2002, englobava Mali, Mauritânia, Níger e Chade, e previa o treinamento de forças de segurança nesses países. A partir de 2005, essa iniciativa foi substituída pela TSCTP, que, além de possuir objetivos mais amplos (prevendo o treinamento de forças nacionais e a construção de capacidades de defesa e segurança regionais) e um orçamento de US\$120 milhões, também cobria maior área, incorporando Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos, Nigéria, Burkina Faso, Gana e Senegal (WARNER, 2014).

Após mais de um ano de inatividade, o Boko Haram voltou a se organizar, sob novas lideranças. A partir de 2010, o agrupamento assumiu uma estrutura organizacional distinta (passando a ser composto por diversos grupos menores, sem um controle centralizado), ampliou a sua área de atuação, e adotou um perfil mais violento do que anteriormente, passando a realizar ataques não só contra forças policiais, mas também contra mesquitas e igrejas e contra civis. Além disso, em 2011, o grupo realizou um ataque a bomba à sede da ONU na capital nigeriana, matando mais de vinte pessoas. Com isso, progressivamente, o Boko Haram passou a ser associado, especialmente pelos EUA, ao grupo Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), que teria suas origens na Argélia, e ao Al Shabaab, que teria suas origens na Somália, ambos ligados à Al Qaeda (U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2013).

Nesse contexto, e frente aos ataques realizados a estrangeiros e também em países vizinhos que foram atribuídos ao Boko Haram, o Departamento de Estado dos EUA incluiu os nomes de diversos supostos membros do grupo em uma lista de terroristas internacionais em 2012, e classificou o próprio Boko Haram como Organização Terrorista Internacional em 2013, considerando que se trataria de ameaça que ultrapassaria questões políticas locais (U.S HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2013). Além disso, os EUA também buscaram intensificar a cooperação com o governo nigeriano no combate ao terrorismo, especialmente através do treinamento a forças de segurança e do apoio à segurança marítima e fronteiriça (BLANCHARD, 2014).

As iniciativas estadunidenses se intensificaram a partir de 2014, depois que um grupo de aproximadamente trezentas estudantes foi sequestrado. O governo dos EUA enviou ao país uma equipe de especialistas para ajudar nas investigações e na busca das jovens, deu início a missões com o uso de *drones* de monitoramento na região norte do país, e enviou ao país vizinho, o Chade, oitenta homens para auxiliar nas buscas. Apesar do interesse estadunidense em reforçar a sua participação no combate ao Boko Haram, o governo nigeriano se mostrou reticente, temendo que um envolvimento maior de Washington atingisse diretamente sua soberania nacional (BLANCHARD, 2014).

A segunda ameaça securitária comumente identificada no Golfo da Guiné é a pirataria, que teria se intensificado nessa área a partir de 2007 (NDUTUMU, 2012). Para alguns analistas, o aumento nos ataques na região estaria diretamente relacionado à iniciativa internacional de combate à pirataria no Golfo de Áden, a qual, conseqüentemente, teria se deslocado para o Golfo da Guiné.¹⁴ O número crescente de casos de pirataria verificados na região seria fonte de grande preocupação, uma vez que representaria uma importante ameaça à produção petrolífera dos países do Golfo da Guiné, localizada principalmente no mar e nas regiões costeiras (ONUOHA, 2012). Ademais, conforme alguns autores, ela também estaria vinculada ao tráfico de armas e, sobretudo, de drogas, aumentando seu potencial de desestabilização na região¹⁵ (PLOCH, 2013; CHATAM HOUSE, 2013).

A debilidade das forças navais dos países do Golfo, nesse contexto, seria de grande relevância para a proliferação dos ataques. Estima-se que, no total, as Marinhas dos países da região possuam um efetivo de cerca de 23.700 homens, e uma frota naval de aproximadamente 275 navios, voltados sobretudo para o patrulhamento costeiro dos cerca

¹⁴ Esse argumento, todavia, é bastante contestável. Além de possuírem objetivos distintos (os grupos que atuam na costa da Somália em geral realizam os sequestros com o objetivo de pedir resgates, enquanto os que atuam no Golfo costumam sequestrar os navios para realizar roubos de carga), cada um dos grupos está identificado com (e tem como motivação para seus ataques) dinâmicas locais, específicas de cada região. Nesse sentido, uma eventual migração dos grupos que realizam ataques no Golfo de Áden para o Golfo da Guiné parece bastante improvável.

¹⁵ Além de impactar as relações comerciais desses países, já que diminuiria a disposição de qualquer parceiro extra-regional de exportar produtos e enviar seus navios à região.

de 7.735 km de litoral (IISS, 2013; CIA, 2014). Diante dessa situação, desde 2005, os EUA têm buscado se aproximar dos Estados da região, financiando iniciativas de segurança marítima e costeira, e aumentando o número de operações navais realizadas no Golfo da Guiné (PLOCH, 2013).

Nesse contexto, em 2007, o governo Bush anunciou a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM). O Comando, com base em Stuttgart, na Alemanha, entrou em funcionamento em 2008, e é responsável pelas relações militares dos EUA com os países africanos. Desde a criação do AFRICOM, a Marinha estadunidense tem intensificado sua presença na região, especialmente por meio da realização de exercícios conjuntos e de treinamentos com as Marinhas dos países do Golfo da Guiné (ONUOHA, 2012). Além dos EUA, as antigas metrópoles europeias da região, França e Grã-Bretanha, também vêm buscando aumentar sua presença, fornecendo apoio logístico e treinamento às Marinhas locais e, no caso francês, patrulhando a costa de suas ex-colônias. Além disso, crescentemente, as empresas (especialmente petrolíferas) que atuam na região têm recorrido à utilização de empresas militares privadas na segurança de navios e de pontos de extração de petróleo, gerando controvérsias, pois fere diretamente a soberania dos Estados da região (UKEJE; MVOMO ELA, 2013).

Apesar do significativo consenso em torno da ideia de pirataria no Golfo da Guiné, uma importante ressalva deve ser feita. Mais de 75% dos ataques registrados desde 2007 na região ocorreram nas águas territoriais dos países, e não em alto-mar, o que os caracterizaria não como pirataria (e, portanto, não como uma ameaça internacional, a ser combatida por todos os países, de acordo com a Convenção de Montego Bay), mas como casos de violência no mar (e, portanto, sob a jurisdição e responsabilidade dos países costeiros) (ICG, 2012; CHATHAM HOUSE, 2013). O que pode parecer apenas uma questão de nomenclatura, todavia, tem implicações muito mais profundas, já que a ideia de pirataria – e de combate a ela – serve como justificativa para crescentes intervenções e ingerência externas na região.

Ameaças securitárias e securitização no Chifre da África

O Chifre da África¹⁶ é tradicionalmente conhecido como uma das regiões mais instáveis do sistema internacional, em razão do crescente número de conflitos armados e instabilidade política verificada desde meados da década de 1950. Além disso, a região é classificada como sendo uma das mais pobres do mundo, em função da fragilidade dos Estados e de seus indicadores socioeconômicos - como a renda *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (MØLLER, 2009; WOODWARD, 2013).

Ao contrário das outras sub-regiões do continente, a percepção do terrorismo como um problema regional de segurança é anterior aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, remontando à década de 1980 – ainda que sua legitimidade possa ser questionada. De fato, os atentados de baixa intensidade e politicamente motivados, realizados por grupos contrários ao governo, foram classificados por alguns Estados da região como terroristas (MØLLER, 2009). No entanto, com a chegada dos islâmicos ao poder em 1989, no Sudão, através de um golpe de Estado perpetrado pelo General Omar al Bashir, apoiado pelo líder da Frente Nacional Islâmica (NIF), Hassan al Turabi, aliada ao colapso do Estado na Somália (1991), a região foi colocada no centro da agenda de segurança dos EUA. De fato, a intensificação da retórica islâmica na sua política externa e o apoio de al Bashir aos grupos tidos pelos Estados Unidos como terroristas (especialmente Hamas, Hezbollah, *Egyptian Islamic Jihad* e al Qaeda) contribuíram para a deterioração das relações entre

¹⁶ Neste trabalho, a região do Chifre da África refere-se aos países membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). São eles Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda.

Washington e Cartum. Durante a década de 1990, o Sudão foi acusado de abrigar grupos radicais e terroristas, como a al Qaeda.¹⁷ Por estes motivos, em 1993, o Departamento de Estado dos EUA, incluiu o Sudão na lista dos Estados patrocinadores do terrorismo internacional (LYMAN, 2009; MØLLER, 2009; SCHMIDT, 2013; WOODWARD, 2013).

É justamente nessa região que a rede terrorista al Qaeda deu início às suas operações em grande escala, como os atentados terroristas de agosto de 1998 contra as embaixadas estadunidenses em Nairóbi (Quênia) e em Dar es Salaam (Tanzânia). Após esses atentados, que resultaram na morte de 224 pessoas (incluindo 12 estadunidenses) e em mais de 4 mil feridos, Cartum foi bombardeada pelos EUA em uma operação de ataque para destruir supostos campos de treinamento de terroristas (DAVIS, 2007; LYMAN, 2009).

Contudo, somente após os atentados de 11 de setembro, a região do Chifre da África foi inserida na lógica estadunidense de combate ao terrorismo internacional. O processo de securitização da região teve início em outubro de 2002, quando o governo Bush iniciou a construção de uma rede de defesa militar antiterrorista na região, a partir do estabelecimento de uma base militar no Djibuti – *Camp Lemonnier* –, a qual veio a ser a base da Força Tarefa Conjunta Combinada – Chifre da África (CJTF-HOA), sob a responsabilidade do Comando Central dos EUA (USCENTCOM). A CJTF-HOA tem como principal objetivo localizar e destruir redes terroristas internacionais no Chifre e Leste da África, Iêmen e nas ilhas adjacentes no Oceano Índico (LYMAN, 2009; MØLLER, 2009; PLOCH, 2011; SCHMIDT, 2013).

No mesmo ano, foi lançada a Operação Liberdade Duradora – Chifre da África (OEF-HA) voltada ao combate ao terrorismo na região, especialmente na Somália, e ao combate à pirataria na costa leste africana (KIAMBA, 2008). No ano seguinte, os Estados Unidos lançaram a Iniciativa Contraterrorista no Leste da África (EACTI), um programa de US\$ 100 milhões para combater o terrorismo no Quênia, na Tanzânia, em Uganda, na Eritreia, na Etiópia e no Djibuti (LYMAN, 2009; MØLLER, 2009). Ademais, logo após assumir o poder, em 2009, Barack Obama lançou a Parceria Regional Contraterrorista para o Leste da África (PRACT), voltada para o combate ao terrorismo em Burundi, Comores, Djibuti, Etiópia, Quênia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda. Desde a sua criação, o Departamento de Estado dos EUA já disponibilizou cerca de US\$ 104 milhões de dólares para as atividades da PRACT (SCHMIDT, 2013).

Nesse contexto, países como a Eritreia, Somália e Sudão foram colocados no centro da “Guerra Global ao Terror” no Chifre da África. A justificativa baseia-se em uma confluência de fatores característicos desses países, como atividades de grupos radicais islâmicos, potencial desagregador dos Estados fracos, parcela do território não governada e entendimento de que estas características são atrativas para o recrutamento, refúgio e treinamento de grupos terroristas (MØLLER, 2009). No caso da Somália, a ausência de uma autoridade central capaz de impor a lei e a ordem, somada à atuação de grupos locais tidos como terroristas pelos EUA, como a *Al-Itihaad Al-Islami* (AIAI) e, principalmente, a União das Cortes Islâmicas (UIC), transformou o país em importante *front* estadunidense no combate ao terrorismo na região. A UIC - coalizão heterogênea de milícias islâmicas defensoras da implementação estrita da *Shari'a* - surgiu em 2004, sob a liderança de Sheikh Sharif Sheikh Ahmed, e em pouco tempo, já controlava as principais cidades nas regiões central e sul do país, inclusive a capital, Mogadíscio (MØLLER, 2009; SABALA, 2011).

As respostas do governo estadunidense à ascensão e consolidação da UIC iniciaram em fevereiro de 2006, quando a CIA armou um grupo de senhores de guerra para lutar contra a afirmação do grupo e enfraquecer as suas capacidades políticas e de combate. Entretanto, eles foram rapidamente derrotados pelas forças da UIC e expulsos dos principais

¹⁷ O líder do grupo, Osama bin Laden, teria inclusive morado no país entre 1991 e 1996.

centros. No final do ano, os EUA mudaram a estratégia, passando a oferecer apoio logístico e militar para uma intervenção da Etiópia no país (LYMAN, 2009; MØLLER, 2009; WOODWARD, 2013). Poucos dias após o início das campanhas terrestre e aérea, a UIC foi militarmente derrotada pelas forças etíopes. A derrota levou à divisão do grupo em duas alas, uma moderada (liderada por Sheikh Sharif), a Aliança para Relibertação da Somália, que foi incorporada ao governo de transição nos acordos de paz de 2008; e outra radical, a *Harakat al-Shabaab Mujahideen* (sob a liderança de Aden Hashi Farah Ayro), que passou a realizar ataques contra as forças etíopes e da União Africana (AMISOM) no país desde 2007 (GUGLIELMO, 2011).

Diante dos crescentes ataques realizados pelo *al Shabaab*, o grupo passou a ser associado pelo governo estadunidense ao grupo terrorista al-Qaeda, aparecendo pela primeira vez na lista de organizações terroristas internacionais do Departamento do Estado estadunidense em março de 2008. No mesmo ano, os EUA adotaram o uso de *drones* de monitoramento e de ataque no país¹⁸ a partir de base instalada na Etiópia (SABALA, 2011). Após vários ataques de baixa intensidade na Somália, baseados em táticas de guerrilha e de terrorismo, o *al Shabaab* expandiu a sua área de atuação para o restante da região, realizando, inclusive, ataques à bomba em Kampala, Uganda, em 2010, e em Nairóbi, Quênia, em 2013. Desde então, os governos ugandense, etíope e queniano, com estrita cooperação com os Estados Unidos, intensificaram suas operações de combate ao *al Shabaab* na Somália, tendo, inclusive, as Forças de Defesa do Quênia (KDF), lançado uma ofensiva no sul da Somália (Operação Linda Nchi) para combater as forças combatentes do grupo em outubro de 2011 (GUGLIELMO, 2011; WOODWARD, 2013). Em razão dessa presença militar queniana na Somália, o *al Shabaab* passou a realizar ataques terrorista de alta intensidade no território queniano.¹⁹

Em síntese, com o estreitamento das relações com Washington e a construção de uma rede transnacional antiterrorista no Chifre da África, todos os países da região, em graus variados, apropriaram-se desse quadro para securitizar seus problemas internos. A Etiópia foi a que mais beneficiou desse processo. Como exemplo, enquadrou os grupos internos contrários ao governo, como a Frente de Libertação do Oromo (OLF), Frente de Libertação Nacional do Ogaden (ONLF), Frente Islâmica para a Libertação de Oromia (IFLO) e a Ginbot 7, responsáveis por vários atentados no país, na categoria de organizações terroristas (LYMAN, 2009).

De modo semelhante, o presidente ugandês, Yoweri Museveni, enquadrou o Exército da Resistência do Senhor (LRA) e a Força Democrática Aliada (ADF) como grupos terroristas. Com apoio financeiro e logístico dos EUA, em março de 2009, a Força de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) iniciou uma grande operação (*Operation Ligthning Thunder*) contra as forças combatentes da LRA e o seu líder Joseph Kony, desmantelando as suas bases na República Democrática do Congo, e levando à fuga do grupo para a República Centro Africana. Recentemente, os EUA enviaram 100 assessores militares para África Central, com o objetivo declarado de auxiliar o governo ugandês no combate ao LRA (WOODWARD, 2013).

A pirataria é também identificada como uma ameaça importante à segurança regional. Embora os números de ataques na costa da Somália venham caindo nos últimos

¹⁸ Em setembro de 2009, durante uma ofensiva estadunidense na Somália, Saleh Ali Saleh Nabha, um dos mais procurados membros da al Qaeda na África, ligado aos atentados de 1998, em Nairóbi e em Dar es Salam, e de 2002, em um hotel em Mombassa, foi morto (WOODWARD, 2013).

¹⁹ Em setembro de 2013, por exemplo, milícias ligadas ao grupo invadiram um shopping de propriedade israelense em Nairóbi, matando 67 pessoas de várias nacionalidades e ferindo as outras 150. Em abril de 2015, um ataque à Universidade de Garissa no norte do Quênia deixou 147 mortos. A autoria do ataque foi atribuída ao *al Shabaab*.

anos – de 237, em 2011, para 75, em 2012, chegando a 15, em 2013 (MSCHOA, 2014) –, esse problema ainda representa um enorme desafio não apenas regional, mas, sobretudo, internacional, tendo em vista a localização estratégica do país e a importância dessa rota marítima para o comércio internacional, bem como pela proximidade do Golfo Pérsico (FANTAYE, 2014).

Nesse sentido, desde 2008, por decisão do Conselho de Segurança da ONU (resolução 1851) e a pedido do Governo Federal de Transição somali, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país vem sendo patrulhada pela comunidade internacional, com o objetivo de garantir a segurança do intenso tráfego marítimo que cruza diariamente o estreito de Bab el-Mandeb, entre o Golfo de Áden e o Mar Vermelho. Atualmente, estão em curso três grandes operações de combate à pirataria na região: a *Operation Atlanta - European Union Naval Force Somalia* (EUNAVFOR) da União Europeia; a *Operation Ocean Shield* da OTAN; e uma força naval multinacional, denominada de *Combined Task Force 151* (CTF-151), que compreende uma coligação de 29 países sob comando da Marinha estadunidense, sediada no Bahrein. Esta última conta com contribuições de países que destacaram meios navais próprios sob o comando nacional, como China, Japão, Índia, Irã, Rússia, Arábia Saudita, etc. (FANTAYE, 2014; MCKAY, 2011; WOODWARD, 2013).

Ainda que não exista consenso sobre as causas da pirataria no Chifre da África, para alguns analistas ela está diretamente ligada ao colapso do Estado na Somália. De fato, a grave crise interna vivida pelo país desde o início da década de 1990, bem como a debilidade de sua capacidade de vigilância e controle, acabaram permitindo a atuação de embarcações estrangeiras, as quais, além de praticarem pesca predatória na ZEE somali, contribuíram para causar grandes danos ambientais por meio do despejo de resíduos tóxicos nas águas territoriais do país. Esses fatores, nesse contexto, também contribuíram para a proliferação dos ataques, uma vez que a grande maioria dos piratas somalis são pescadores que encontraram nessa atividade ilegal uma forma de sustento²⁰ (FANTAYE, 2014; WOODWARD, 2013).

Interesses das potências ocidentais no Golfo da Guiné e no Chifre da África

No contexto de retomada de importância do continente africano, o Golfo da Guiné possivelmente constituiu a região do continente que conheceu um aumento mais significativo em sua importância estratégica. Isso ocorreu, em grande medida, devido à sua crescente importância para o comércio internacional, diretamente relacionada às suas significativas reservas de petróleo – e à sua proximidade dos principais mercados consumidores do produto –, e à sua relativa estabilidade, especialmente a partir do final da década de 1990 (UKEJE; MVOMO ELA, 2013).

Antes mesmo de incluir o continente na lógica da Guerra ao Terror, a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001, o governo Bush já havia colocado o petróleo africano – especialmente as reservas do Golfo da Guiné – como uma prioridade para o país. O tamanho dessas reservas, estimadas em aproximadamente 52 bilhões de barris – dos quais cerca de 70% se encontram na Nigéria (EIA, 2015) –, e também a sua alta qualidade, contribuíram de forma determinante para tal decisão.²¹ Nesse contexto, a “Política Energética Nacional”,²² adotada pelos EUA em 2001, passou a priorizar um aumento do

²⁰ Estes ex-pescadores sequestram navios cargueiros e petroleiros e exigem resgates milionários para a liberação dos navios e de suas tripulações.

²¹ Além disso, a região também possui expressivas reservas de gás natural, estimadas em aproximadamente 6 trilhões de metros cúbicos – 90% dos quais se encontram, também, na Nigéria (EIA, 2015).

²² Essa política foi estruturada com base no relatório, produzido pelo Grupo de Desenvolvimento da Política Energética Nacional, coordenado pelo então vice-presidente estadunidense Dick Cheney. O relatório estava fortemente associado ao Projeto para o Novo Século Americano, de orientação neoconservadora, que via a garantia do fornecimento de petróleo como uma questão de segurança nacional (KEENAN, 2010).

acesso estadunidense ao petróleo africano, como forma de viabilizar a redução da dependência do país em relação às reservas do Oriente Médio, região considerada como muito suscetível à instabilidade (KLARE, VOLMAN, 2006).

Nesse sentido, a crescente preocupação estadunidense – e também das demais potências ocidentais – com questões como terrorismo e pirataria no continente africano, especialmente no Golfo da Guiné, poderia encontrar uma explicação. É interessante notar a esse respeito que, ainda que possuam visões diferentes a respeito da questão do terrorismo no continente africano, Keenan (2010) e Cilliers (2006)²³ veem no período inaugurado a partir da inclusão da África na lógica da Guerra ao Terror – marcado por uma presença crescente dos EUA e de outras potências – as principais mudanças no discurso securitário no continente. Em relação à região do Golfo da Guiné essa dinâmica é ainda mais evidente.

Assim, de acordo com Williams e Haacke (2008), a região sempre se mostrou livre de terrorismo – especialmente se comparada a outras regiões do continente africano. A crescente preocupação com a questão, assim, teria surgido nos anos 2000, a partir de iniciativas ocidentais – como a PSI e a TSCTP, já referidas. Nesse sentido, os autores destacam que

um importante texto sobre “Desafios Securitários da África Ocidental”, publicado em 2004 e com mais de 450 páginas, incluía apenas uma referência ao terrorismo em seu *index*, e ele servia para evidenciar a aumentada importância dada para o assunto nas capitais ocidentais depois dos ataques de 11 de setembro em Nova York e Washington (WILLIAMS; HAACKE, 2008, p.123).

Para além das preocupações com recursos naturais, outros elementos também parecem influenciar de forma significativa o recurso à securitização da região pelas potências centrais. Entre eles, pode-se citar a crescente inserção de atores emergentes, em particular China e Brasil, no Golfo, o que tem tido um grande impacto nas relações dos países da região com os parceiros tradicionais (as potências ocidentais); e também a importância geoestratégica do Golfo da Guiné, que serve de “porta de entrada” para outras regiões do continente, permitindo o acesso a outras reservas de recursos naturais (OBI, 2006; VISENTINI, 2013).

Dessa forma, ainda que o Boko Haram possa ser visto pelos EUA como uma ameaça direta aos seus interesses na região, a existência e a atuação do grupo também representam uma oportunidade única de expandir as iniciativas militares, de inteligência e diplomáticas estadunidenses não só na Nigéria, mas também em todo o oeste africano (MEEHAN; SPEIER, 2011). Analogamente, os discursos de pirataria na região possuem uma função semelhante, já que servem como justificativa para as tentativas dos EUA, e das demais potências ocidentais, de aumentar a sua presença física e sua ingerência na região.

Com relação à região do Chifre da África, os interesses geopolíticos, estratégicos e econômicos também justificam a presença militar das potências tradicionais na região. De fato, a proximidade da região dos principais produtores de petróleo no Oriente Médio e a crescente importância da rota marítima que liga o Golfo do Áden ao Mar Vermelho para o

²³ Enquanto Keenan (2010) considera que antes da inclusão da África na Guerra ao Terror dos EUA o continente africano não era um foco de terrorismo, Cilliers (2006) considera que o uso de táticas terroristas seria comum no continente africano desde as lutas pela independência, mas que estaria associado, até o presente, a grupos insurgentes, e não a grupos terroristas. Apesar de, evidentemente, haver diferenças entre as concepções de terrorismo dos dois autores, ambos partilham da ideia de que a questão do terrorismo no continente africano só passou a ser alvo de preocupação – especialmente das potências ocidentais – a partir da sua inclusão na Guerra ao Terror, nos anos 2000 – ideia que também é compartilhada por Williams e Haacke (2008).

escoamento do produto, justifica, em parte, a securitização da região por parte das potências ocidentais, especialmente EUA e França (MESFIN, 2011).

Além disso, diversos analistas apontam os interesses econômicos dos EUA e a inserção das potências emergentes – China, Índia e Turquia – e dos países árabes na região como o cerne da estratégia estadunidense para o Chifre da África (SHINN, 2011; VISENTINI, 2013). A partir dos anos 2000, houve aproximação dos EUA de países como Sudão – um dos grandes produtores e exportadores de petróleo africano –, o que se revelou fundamental para a solução da guerra civil no país e, conseqüentemente, para a independência do Sudão do Sul. Em 2006, após o levantamento parcial do embargo econômico por parte dos EUA, grandes multinacionais ocidentais – especialmente a estadunidense *Marathon oil* e a francesa *Total* – se instalaram no Sudão, iniciando de imediato a prospecção de petróleo (WOODWARD, 2013). Nesse sentido, para alguns analistas, o terrorismo no Chifre da África, embora real, não representa uma ameaça e força tão eminentes, tendo limites e constrangimentos importantes (WOODWARD, 2013). Nesse sentido, a securitização do tema em sentido repressivo, caracterizado pela presença militar dos EUA e seu apoio incondicional aos governos da região, traz consigo o risco de contribuir para uma maior inclinação ao radicalismo islâmico e desestabilizar ainda mais o Chifre da África.

Conclusão

A partir da análise realizada, podemos ver que, no caso africano – tanto no Golfo da Guiné, quanto no Chifre da África –, a atual representação discursiva utilizada para legitimar a securitização do continente teve início a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001. A partir daí, tanto novos casos,²⁴ quanto os casos anteriores de terrorismo (como aqueles ocorridos no Leste do continente), passaram a ser tratados como ameaças de grande relevância – tratamento que não lhes era dispensado anteriormente. Além disso, outras questões passaram a ser tratadas como ameaças prementes ao continente – como a questão da pirataria.

Nesse sentido, enquanto os EUA, e também, com menos intensidade, as demais potências centrais, têm ocupado o papel de ator securitizador, os objetos referentes de segurança têm sido não só os Estados africanos, mas os próprios EUA e demais potências centrais. Analogamente, a audiência dessa representação discursiva têm sido sua própria população, supostamente sob ameaça dos grupos terroristas africanos – as populações africanas, estas sim sob alguma ameaça direta, têm sido um alvo menor desse discurso (PLOCH, 2013; U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2013).

Todavia, esquece-se que, em sua grande maioria, essas ameaças possuem, em sua gênese, componentes fortemente ligados a dinâmicas socioeconômicas e políticas locais – que, por sua vez, são geralmente associadas à fragilidade desses Estados –, os quais normalmente são ignorados. Nesse sentido, percebe-se que a securitização do continente africano tem sido marcada tanto pela incapacidade de pôr fim às ameaças supostamente enfrentadas, quanto pelo agravamento, em muitos casos, da instabilidade em diversos países, já que o discurso securitizante tem sido apropriado por grupos – sobretudo dirigentes –, sendo usado como uma forma de legitimar ataques a grupos rivais (CILLIERS, 2006; KEENAN, 2010; WILLIAMS, 2007). Nesse sentido, fica claro que o processo de securitização do continente africano, desde os anos 2000, – tanto no Golfo da Guiné, quanto no Chifre da África – tem respeitado lógicas essencialmente ligadas a interesses estratégicos (como recursos naturais) e geopolíticos, não apresentando elementos que demonstrem uma efetiva preocupação com a segurança africana.

²⁴ Que, de acordo com Keenan (2013), no caso do Oeste africano foram fomentados por atores ocidentais, com apoio de forças locais, como forma de criar elementos legitimadores de intervenções na região.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Upendra D. War on Terror or Terror Wars: the problem in defining terrorism. **Denver Journal of International Law and Policy**. Denver, v.37, n.4, 2009, p. 653-679.
- BALZACQ, Thierry. A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants. In BALZACQ, Thierry (Ed.). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. London/New York: Routledge, 2011.
- BLANCHARD, Lauren P. **Nigeria's Boko Haram: Frequently Asked Questions**. CRS Report, Congressional Research Service, 2014, 24p.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analyses**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Macrosecuritization and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. **Review of International Studies**, v. 35, n. 2, 2009, p. 253-276.
- CALLAGHY, Thomas M. Africa and the World Political Economy: Still Caught Between a Rock and a Hard Place?. In: HARBESON, John; ROTHCHILD, Donald (Eds). **Africa in world politics: reforming political order**. Boulder: Westview Press, 2009.
- CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, v. 01, n.1, 2001, p. 01-19.
- CHATAM HOUSE. **Maritime Security in the Gulf of Guinea**. Chatham House Report, 2013, 50p.
- CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.
- CILLIERS, Jakkie. Africa, root causes and the 'war on terror'. **African Security Review**, Pretoria, v.15, n.3, p.58-71, 2006.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: The politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University, 1996.
- DAVIS, John (Ed.). **Africa and War on Terrorism**. Aldershot: Ashgate Pub, 2007.
- DUQUE, Marina Guedes. **A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- GORDON, Donald L. African Politics. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap. 4, p.61-114.
- GUGLIELMO, Matteo. Unravelling the islamist insurgency in Somalia: The case of Harakat al-Shabaab Mujahideen. In SHARAMO Roba; MESFIN, Berouk (Eds). **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). **The Gulf of Guinea: The New Danger Zone**. Africa Report n° 195. Brussels: International Crisis Group, 2012, 47p.
- KEENAN, Jeremy. Africa unsecured? The role of the Global War on Terror (GWOT) in securing US imperial interests in Africa. **Critical Studies on Terrorism**. Aberystwyth, v.3 n.1, p.27-47, 2010.
- KEENAN, Jeremy. **The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa**. London : Pluto Press, 2013.
- KEYLOR, William R. **El Mundo del Siglo XX: la guerra fria entre las superpotências**. Buenos Aires: Docencia, 1997.

- LYMAN, Princeton N. The war on terrorism in Africa. In: HARBESON, John W. ; ROTHCHILD, Donald S. (Eds). **Africa in World Politics Reforming Political Order**. Boulder, CO: Westview Press, 2009.
- MCKAY, Leanne. Piracy off the coast of Somalia: Towards a domestic legal response to an international concern. In SHARAMO, Roba; MESFIN, Berouk (Eds). **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011.
- MEEHAN, Patrick; SPEIER, Jackie. **Boko Haram: Emerging Threat to the U.S. Homeland**. Committee on Homeland Security Report, U.S. House of Representatives, 2011, 29p.
- MESFIN, Berouk. The Horn Africa security complex. In SHARAMO, Roba; MESFIN, Berouk (Eds). **Regional Security in the post-Cold War Horn Africa**. Adis Abeba: Institute for Security Studies, 2011.
- MØLLER, Bjørn. The Horn of Africa and the US “War on Terror” with a special focus on Somalia. Denmark: **DIIPER** Research Series, working paper no. 16, 2009.
- MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americana na segunda guerra do Iraque**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNESP, UNICAMP, PUC/SP, São Paulo, 2014.
- NDUTUMU, Samuel Sylvain. **Géopolitique Maritime du Golfe de Guinée au XXIème siècle**. Paris: L’Harmattan, 2012.
- OBI, Cyril. Terrorism in West Africa: Real, Emerging or Imagined Threats? **African Security Review**. Pretoria, v.15, n.3, p. 87-103, 2006.
- OLIVEIRA, Guilherme Z.; BARBOSA, Luisa C.; CARDOSO, Nilton C. Da Não Interferência da Organização da Unidade Africana à Não Indiferença da União Africana: Percepções Africanas sobre a Segurança do Continente. **Século XXI**. Porto Alegre, v. 5, n.1 p. 93-112, 2014.
- ONUOHA, Freedom C. **Piracy and Maritime Security in the Gulf of Guinea: Nigeria as a Microcosm**. Al Jazeera Centre for Studies Report, 2012, 12p.
- PAGLIARI, Graciela de Conti. Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PLOCH, Lauren. Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa. **US Congressional Research Service**, 2011.
- PLOCH, Lauren. Nigeria: Current issues and U.S. policy. **US Congressional Research Service**, 2013.
- SABALA, Kizito. Regional and extra-regional inputs in promoting (in)security in Somalia. In SHARAMO Roba; MESFIN, Berouk (Eds). **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011.
- SCHMID, Alex P. The Definition of Terrorism. In: SCHMID, Alex P (Ed.). **The Routledge handbook of terrorism research**. New York: Routledge, 2011, cap. 2, p. 39-157.
- SCHMID, Alex P.; JONGMAN, Albert J. **Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature**. Amsterdam: North-Holland, 1988.
- SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Interventions in Africa: from the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

- SHINN, David H. U.S. policy toward Horn of Africa. **International Policy Digest**, 2011. Disponível em: <<http://www.internationalpolicydigest.org/2011/10/13/u-s-policy-towards-the-horn-of-africa/>>. Acesso 27 jun. 2015.
- SILVA, André Luiz Reis da. Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008). **Ciências & Letras**. Porto Alegre, n. 44, p. 125-149, 2008.
- SINAI, Joshua. How to define terrorism? **Perspectives on Terrorism**. Lowell, v.2, n.4, 2008, p. 9-11.
- TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul (Eds.) **Africa in International Politics**: External involvement on the continent. London: Routledge, 2004.
- TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-saharan Africa**. New York: Continuum, 2010.
- U.S. Energy Information Administration (EIA). **International Energy Statistics**, 2015. Disponível em: <<http://1.usa.gov/1N9Xpux>>. Acesso em 19 jun. 2015.
- U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES. **Boko Haram: Growing Threat to the U.S. Homeland**. Committee on Homeland Security Report, U.S. House of Representatives, 2013, 40p.
- UKEJE, Charles; MVOMO ELA, Wullson. **African Approaches to Maritime Security: The Gulf of Guinea**. Friedrich-Ebert-Stiftung, Regional Office Abuja, 2013, 50p.
- UNITED NATIONS (UN). **United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)**. Montego Bay, 1982.
- VILLA, Rafael Duarte. O paradoxo da macrosecuritização: quando a guerra ao terror ao securitiza outras “guerras” na América do Sul. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, Vol.36, n.2, julho/dez. 2014, p.349-383.
- VISENTINI, Paulo F. **A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre: CEBRAFRICA/Leitura XXI, 2013.
- VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.
- WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. in LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.) **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995, p.46–85.
- WARNER, Lesley Anne. The Trans Sahara Counter Terrorism Partnership: Building Partner Capacity to Counter Terrorism and Violent Extremism. **CNA Strategic Studies Division**. 2014. Disponível em: <www.cna.org/sites/default/files/research/CRM-2014-U-007203-Final.pdf>. Acesso em 30 maio 2015.
- WILLIAMS, Michael C. Words, images, enemies : Securitization and international politics. **International Studies Quarterly**, V.47, 2003, p. 511-531.
- WILLIAMS, Paul D. HAACKE, Jürgen. Security culture, transnational challenges and the Economic Community of West African States. **Journal of Contemporary African Studies**. London, v.26, n.2, p.119-136, 2008.
- WILLIAMS, Paul D. Thinking about security in Africa. **International Affairs**, London, v.83, n. 6, p.1021–1038, 2007.
- WOODWARD, Peter. **Crisis in the Horn of Africa: Politics, Piracy and the Threat of Terror**. New York: I.B. Tauris, 2013.
- ZEIDANT, Sami. Desperately Seeking Definition: The International Community's Quest for Identifying the Specter of Terrorism. **Cornell International Law Journal**. Ithaca, v.36, n.3, 2004, p. 491-496.